

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA AGÊNCIA MUNICIPAL DE  
REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DELEGADOS DE MACEIÓ - ARSER**



www.braservicos.net.br

Pregão Eletrônico nº 024/2017  
Processo nº 6500.048434/2014

**BRA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 08.328.682/0001-78, com endereço na Rua Eurico Acioly Wanderley, nº 09, Gruta de Lourdes, CEP 57.052-895, Maceió/Alagoas, representada neste ato por seu sócio-administrador, o Sr. Alexandre Lima Costa, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 040.528.144-79, vem, à presença de Vossa Senhoria, com fulcro no art. 5º, LV, da CF/88, no art. 4º, XVIII, da Lei nº 10.520/02 e demais dispositivos aplicáveis à espécie, interpor, como de fato interpõe:

**RECURSO ADMINISTRATIVO**

A recorrente está irresignada com a decisão prolatada pelo nobre Pregoeiro, na qual, resolveu por declarar vencedora do Lote 2 da supracitada licitação a empresa TOP SERVICE TERCEIRIZAÇÃO EIRELI, em franco desrespeito à Lei Federal nº 8.666/93 e a IN/SLTI nº 02/2008.

A referida decisão, ínsito julgador, data máxima vênia, não merece prosperar. Em que pese o habitual e inquestionável saber técnico-jurídico do ilustre julgador, e o empenho em proferir um julgamento justo, legal e adequado aos objetivos perseguidos pela Administração Municipal, na verdade, involuntariamente, laboraram em equívocos, na exegese das normas vinculadas a contratação, que eivam a decisão questionada de insegurança e ilegalidade.

O julgamento levado a efeito não pode e não há de prevalecer, por medida de direito e de justiça.

Deve a Prefeitura de Maceió, apreciando as presentes razões, promover diligência na proposta de preços da empresa TOP SERVICE TERCEIRIZAÇÃO EIRELI e inabilitar a licitante pelo descumprimento das exigências habilitatórias. É o que desde já expressamente se requer.

## 1. DOS INDÍCIOS DE INEXEQUIBILIDADE:

A Lei 8.666/93 ao editar regras voltadas ao acautelamento do interesse público a ser satisfeito com o contrato, inseriu exigências voltadas a aferir as condições subjetivas daqueles que se propuseram a ofertar proposta, de modo a satisfazer as exigências a serem enfrentadas na execução do contrato.

Em cumprimento ao postulado legal do julgamento objetivo, todos os requisitos e balizamentos necessários à elaboração das propostas pelos licitantes, assim como os critérios objetivos de avaliação destas, tem o fito de obter a oferta mais vantajosa e resguardar a Administração Pública de uma contratação desastrosa.

Na fase de julgamento das propostas a Lei de Licitações e Contratos é muito clara ao consignar que o exame das propostas será realizado segundo diretrizes consagradas no edital e os preços decorrentes do mercado. Nesse sentido, destacam-se os art. 43, incisos IV e V, caput e §3, e 48, inciso II, os quais se encontram redigidos abaixo:

*Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:*

*(...)*

*IV - verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;*

*V - julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital;*

*§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta*

*Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.*

*(...)*





§ 3º Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, **incompatíveis com os preços dos insumos** e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração. [www.braservicos.net.br](http://www.braservicos.net.br)

Art. 48. Serão desclassificadas:

(...)

II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexeqüíveis, assim considerados aqueles **que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado** e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

A Instrução Normativa nº 02/2008 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (IN/SLTI nº 2/2008) também trata da questão da exequibilidade em seu art. 29, a qual deve, então, ser interpretada a partir dos dispositivos legais de referência (§ 3º do art. 44 e inc. II do art. 48, todos da Lei 8.666/1993):

Art. 29. Serão desclassificadas as propostas que:

(...)

IV - apresentarem preços que sejam manifestamente inexeqüíveis; e

V - não vierem a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao preço e a produtividade apresentada.

§ 1º Consideram-se preços manifestamente inexeqüíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

§ 2º A inexeqüibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta.

§ 3º Se houver indícios de inexeqüibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

Rua Eurico Acyole Wanderley, nº 9  
CEP 57052-895 - Gruta de Lourdes  
Maceió - Alagoas - Brasil

(82) 3022.9880



[www.braservicos.net.br](http://www.braservicos.net.br)

*I - questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecutabilidade;*

*II - verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;*

*III - levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;*

*IV - consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;*

*V - pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;*

*VI - verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;*

*VII - pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;*

*VIII - verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;*

*IX - levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;*

*X - estudos setoriais;*

*XI - consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;*

*XII - análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços; e*

*XIII - demais verificações que porventura se fizerem necessárias.*

*§ 4º Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.*

*§ 5º Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecutabilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.*

Vê-se, das normas transcritas acima, que o legislador procurou, também visando encontrar a proposta mais vantajosa, resguardar a Administração Pública dos riscos de contratar licitante que haja desrespeitado não apenas as exigências do instrumento convocatório como, sobretudo, que haja apresentado preços manifestadamente inexequíveis com os custos de insumos incoerentes com os praticados no mercado.

A disciplina legal em torno do exame e do julgamento das propostas objetivam, em breve síntese, impedir que a Administração Pública, venha, mesmo que diante de uma proposta de preços de menor valor, contratar licitante que deixe de observar na confecção de seus preços todas as exigências necessárias a perfeita execução do objeto.

Hely Lopes Meirelles, doutrinador respeitado do Direito Administrativo Brasileiro, discorrendo em sua obra sobre inexecuibilidade, constata:

*"Essa inexecuibilidade se evidencia nos preços zero, simbólicos ou **excessivamente baixos**, nos prazos impraticáveis de entrega e nas condições irrealizáveis da execução diante da realidade do mercado, da situação efetiva do proponente e de outros fatores, preexistentes ou supervenientes verificados pela Administração" (Grifos nossos).*

No caso em apreço, a proposta oferecida pela empresa TOP SERVICE TERCEIRIZAÇÃO EIRELI apresenta-se, no mínimo, com sérios indícios de inexecuibilidade, conforme demonstraremos.

#### 1.1. DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS:

QUADRO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EXIGIDOS NO EDITAL	VALOR MENSAL ESTIMADO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ	VALOR MENSAL OFERTADO PELA EMPRESA TOP SERVICE TERCEIRIZAÇÃO EIRELI (R\$)	PERCENTUAL DE REPRESENTAÇÃO DOS VALORES OFERTADO PELA EMPRESA TOP SERVICE TERCEIRIZAÇÃO EIRELI (%) EM RELAÇÃO AO VALOR ESTIMADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
Quadro A1	R\$ 97.869,02	R\$ 43.565,25	44,51%
Quadro B1	R\$ 9.041,98	R\$ 3.798,57	42,01%
Quadro C1	R\$ 16.170,87	R\$ 5.465,82	33,80%
<b>SUB TOTAL <sup>1</sup></b>	<b>R\$ 123.081,87</b>	<b>R\$ 52.829,64</b>	<b>42,92%</b>
Quadro D1	R\$ 69.977,26	R\$ 16.887,06	24,13%
Quadro E1	R\$ 8.159,83	R\$ 5.364,13	65,74%
Quadro F1	R\$ 3.701,45	R\$ 1.741,23	47,04%
<b>SUB TOTAL <sup>2</sup></b>	<b>R\$ 81.838,54</b>	<b>23.992,42</b>	<b>29,32%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 204.920,41</b>	<b>R\$ 76.822,06</b>	<b>37,49%</b>

No quadro acima é possível observar fortes indícios de inexecuibilidade quando da identificação de diferenças exorbitantes entre os valores

orçados pela Administração e os valores propostos pela empresa TOP SERVICE TERCEIRIZAÇÃO EIRELI.



Destaca-se, outrossim, que o ente público realizou pesquisas de mercado dos preços dos insumos aplicados ao empreendimento do objeto (fls. 1390/1397), orçamento estimado, estabelecendo, assim, um parâmetro de preços que julgou compatíveis com a consecução do contrato.

Em destaque para o valor do quadro D1 que representa 24,13% do valor estimado do respectivo quadro e para o valor total ofertado pela proponente para materiais e equipamentos que corresponde a 37,49% do valor total estimado pela Administração. Neste último percentual pode-se, facilmente, aplicar o raciocínio do § 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008 que obriga a promoção de diligências para comprovação dos custos elencados pela empresa TOP SERVICE TERCEIRIZAÇÃO EIRELI em razão do preço final dos insumos ser 27,32%.

Outro questionamento que se faz necessário esclarecer em relação aos baixos valores dos materiais de limpeza é como a empresa fará a entrega dos materiais de limpeza mensalmente com os custos tão reduzidos. A empresa tem sede em outra cidade, a logística para entrega dos materiais será ao menos uma vez no mês. Assim, diligências devem ocorrer para fins de evitar contratação desastrosa para a Administração Municipal.

O § 3º, do art. 29, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008, dispõe de diversos meios para fins de comprovação da exequibilidade da proposta de preços. Assim, para fins de demonstração dos valores ofertados se faz necessário que este apresente notas fiscais dos produtos ofertados para o Pregão Eletrônico 024/2017.

#### 1.1.1. DOS ERROS APRESENTADOS NA PLANILHA DE CUSTOS E DAS INCIDÊNCIAS CITADAS PELA EMPRESA TOP SERVICE TERCEIRIZAÇÃO EIRELI.

Deve ser compromisso da Administração fazer uma análise minuciosa da planilha de custos do licitante para assim dar maior garantia de que será contratada uma empresa séria e capaz de cumprir todas as obrigações contratuais.

Assim, seguem alguns itens que não foram observados tais critérios. São eles:

##### A. Rubrica afastamento maternidade:

Após diligência, a empresa declarada vencedora alega, em síntese, que 50% (cinquenta por cento) do quadro será composto por homens e outros 50% será composto por mulheres, portanto 2,2% se refere ao percentual de gestantes sendo considerados 50% das mulheres, o qual perfaz 1,10%.

Não há lógica na resposta do licitante, uma vez que só pode ser atingido pelo benefício de licença maternidade as mulheres. Logo, se 2,2% representa o percentual de gestantes não pode haver mais nenhum rateio, visto que os outros 50% é o percentual de homens, onde não se pode contabilizar tal licença. [www.braservicos.net.br](http://www.braservicos.net.br)

**B. Rubrica Aviso Prévio Indenizado e Aviso Prévio Trabalhado:**

Segundo memoriais apresentados pela empresa, a mesma demitirá ao término do contrato 102,5% dos funcionários. Como pode a empresa demitir mais 100% dos funcionários?

**C. Submódulo 4.5**

Na confecção do submódulo 4.5 a licitante deixou de observar o disposto no item 6.12, que determina que a proponente deverá apresentar todos os encargos sociais e trabalhistas incidentes sobre a remuneração dos seus empregados, utilizando na construção de suas planilhas de formação de custos, conforme modelo de planilha do Anexo 3 deste Termo de Referência, valores apurados com base na legislação vigente ou decorrentes de estimativas baseadas em estatísticas oficiais ou institucionais (nacionais, regionais ou locais) ou em dados críveis ou reais da própria empresa.

As incidências evocadas neste submódulo não se baseiam em nenhuma informação oficial, o que obriga a promoção de diligência para fins de comprovação dos percentuais alegados pela empresa.

Essa exigência de verificar se todos os custos ora apresentados são suportados no valor da proposta é essencial para a Administração Pública resguardar a execução do contrato. A forma de análise de exequibilidade não é rígida, mas sim, uma diligência legal, que sem dúvidas auxilia a precaver o ato administrativo do risco ao dano.

A análise de exequibilidade da proposta de preços é regra essencial para aferir se o valor ofertado pelo licitante é suficiente para cobrir todos os custos da execução contratual (obrigações trabalhistas, encargos, materiais, equipamentos e demais despesas).

Dessa forma, se torna imprescindível a realização de diligências para apuração dos erros acima apontados e, caso não sejam cumpridas tais diligências e/ou que as mesmas continuem sem respeitar os critérios aqui elencados, requer que a proposta seja desclassificada em consonância aos regramentos ínsitos do procedimento licitatório.



## 2. HABILITAÇÃO

Mais uma falha que facilmente se observa no [www.braservicos.net.br](http://www.braservicos.net.br) certame licitatório em epígrafe, é no que diz respeito a habilitação da empresa declarada como vencedora do Lote 02, quando a mesma deixou de apresentar na Declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a administração pública contrato de prestação de serviços celebrado com a Secretaria de Educação de Maceió, conforme contrato nº 0277/2016.

Assim, encontra-se duas grandes falhas, quais sejam: **a)** a primeira, fica constatada a forma aventureira e irresponsável com que a Empresa declarada vencedora trata o presente certame, deixando de apontar em uma declaração formal um contrato celebrado com o próprio órgão que contratará a Empresa (Secretaria de Educação de Maceió/AL). Além do que, ausência de informação em documento oficial gera, inclusive, sanções penais; **b)** a segunda, porque tal ausência de informação gera impactos na situação financeira da Empresa, a qual influenciará na metodologia de cálculo da qualificação econômico-financeira embutida nas regras de habilitação do certame.


Dessa forma, requer que a Empresa seja declara inabilitada, com a consequente desclassificação e convocação da licitante remanescente.

## 3. CONCLUSÃO

Assim, diante de todo o exposto, a Recorrente pleiteia que sejam conhecidas as razões do presente RECURSO ADMINISTRATIVO, dando-lhe **PROVIMENTO**, como medida da mais lúdima Justiça.

Pede deferimento.

Maceió/AL, 18 de dezembro de 2017.



Sócio Diretor Comercial  
CNPJ Nº 08.328.682/0001-78  
BRA Serviços Administrativos Ltda.